

Religião e ligação entre súditos e poderes soberanos (I): Martinho Lutero, paradoxo humano e autoridade secular

Alexander Martins Vianna*

Resumo: Estudo introdutório e trechos selecionados do sermão “*Sobre a Autoridade Secular*”, de Martinho Lutero (1483-1546), como parte da série de estudos e exposição de trechos selecionados de fontes que apresentam a *racionalização teológico-política reformada* a respeito da relação entre súditos e poderes soberanos no Antigo Regime.

Palavras-chave: Lutero, Teologia Política, Reforma, Antigo Regime.



Martinho Lutero, 1529
Oficina de Lucas Cranach, o Velho
(1472-1553)
Óleo sobre Madeira
37,5 x 23,5 cm
Hessisches Landesmuseum
Darmstadt

* **ALEXANDER MARTINS VIANNA** é Mestre e Doutor em História Social pelo PPGHIS-UFRJ; Professor Adjunto de História Moderna e Contemporânea da UFRRJ. Site: <http://www.martinsvianna.net/>

Introdução

Em 1517, com suas “*95 Teses Acerca do Poder e Eficácia das Indulgências*”, Martinho Lutero (1483-1546) propusera uma *Justa Teológica (Disputatione)* visando a chamar a atenção do papa Leão X (1475-1521, pontificado iniciado em 1513) acerca dos erros cometidos por membros da alta hierarquia eclesiástica na matéria das indulgências, explicando o quanto que as suas ações poderiam desmoralizar a Igreja como um todo.

Desde este evento até o seu sermão “*Sobre a Autoridade Secular*” (1523), Lutero não se imaginava cismático, mas sim reformador, seguindo uma linhagem de crítica moral e doutrinal da Igreja que se remontava, em seus temas principais, ao século XIV. Aliás, entre 1516 e 1518, Lutero se dedicou à edição e publicação da “*Theologia Germanica*” – um tratado do século XIV –, como uma reação sistemática à teologia escolástica dos dominicanos.

Antes de tratar especificamente do sermão “*Sobre a Autoridade Secular*”, julgo importante analisar a conjuntura política que o precede, partindo das *95 Teses* (começos de 1517) até a excomunhão de Lutero (janeiro de 1521). Poderemos notar neste documento um tom reformador que pouco se relaciona com uma intenção deliberadamente cismática em assunto religioso. Também poderemos encontrar o mesmo tom no sermão “*Sobre a Autoridade Secular*”, principalmente no que concerne a sua censura às ações que visam, através da força, a impor as verdades da fé.

Sutilezas doutrinárias e o sentido de autoridade nas *95 Teses*

No plano retórico das *95 Teses*, Lutero cria os seguintes papéis: posiciona-se como um humilde conselheiro perante o

seu soberano eclesiástico, Leão X, já que cabia a este, enquanto soberano da cristandade, corrigir os erros de seus poderes intermediários locais (no Ducado da Saxônia, por exemplo) da alta hierarquia eclesiástica, pois estavam dando mau exemplo ao vulgo e induzindo-o a erros na fé, liturgia e doutrina. Deste modo, Lutero pretendia evitar que a “*licenciosa pregação de indulgências*” tornasse difícil que os “*homens doutos*” defendessem “*a dignidade do papa contra calúnias ou questões, sem dúvida, argutas dos leigos*”, tais como:

82. (...) Por que o papa não esvazia o purgatório por causa do santíssimo amor e da extrema necessidade das almas – o que seria a mais justa de todas as causas –, se redime um número infinito de almas por causa do funestíssimo dinheiro para a construção da basilica – que é uma causa tão insignificante?

83. (...) Por que se mantêm as exéquias e os aniversários dos falecidos e por que ele não restitui ou permite que se recebam de volta as doações efetuadas em favor deles, visto que já não é justo orar pelos redimidos?

84. (...) Que nova piedade de Deus e do papa é essa que, por causa do dinheiro, permite ao ímpio e inimigo redimir uma alma piedosa e amiga de Deus, mas não a redime por causa da necessidade da mesma alma piedosa e diletta por amor gratuito?

85. (...) Por que os cânones penitenciais – de fato e por desuso já há muito revogados e mortos – ainda assim são redimidos com dinheiro, pela concessão de indulgências, como se ainda estivessem em pleno vigor?

86. (...) Por que o papa, cuja fortuna hoje é maior do que a dos

ricos mais crassos, não constrói com seu próprio dinheiro uma basílica como esta de São Pedro, ao invés de fazê-lo com o dinheiro dos pobres fiéis?

87. (...) O que é que o papa perdoa e concede àqueles que, pela contrição perfeita, têm direito à plena remissão e participação?

88. (...) Que benefício maior se poderia proporcionar à Igreja do que se o papa, assim como agora o faz uma vez, da mesma forma concedesse essas remissões e participações cem vezes ao dia a qualquer dos fiéis?

89. Já que, com as indulgências, o papa procura mais a salvação das almas do que o dinheiro, por que suspende as cartas e indulgências, outrora já concedidas, se são igualmente eficazes?

Na configuração retórica das **95 Teses**, Leão X é colocado na posição de um soberano cercado de aduladores – figura retórica recorrente em “espelhos de príncipes” –, que poderiam estar corrompendo o seu julgamento. Ora, como o erro é dos “maus conselheiros”, Lutero posiciona-se, retoricamente, como humilde conselheiro que oferece outra perspectiva de sutilezas doutrinárias e se reporta a eventos presentes e passados de práticas que somente aumentariam a desmoralização da Igreja. Para tanto, sistematiza estrategicamente as suas críticas mais ácidas como se fossem de “leigos doutos argutos” e, quando se reporta a erros papais, refere-se sempre aos papas do passado. Com isso, consegue exercê-la sem ferir a hierarquia e, ao mesmo tempo, cobrar do atual papa ações retificadoras.

Ora, como Lutero estaria furando o cerco dos “conselheiros aduladores” em torno do papa, este não teria outra alternativa senão ouvi-lo para corrigir

os erros, tal como todo bom soberano deveria fazer, pois, afinal, Lutero adverte que não adiantaria “*reprimir esses argumentos muito perspicazes dos leigos somente pela força, sem refutá-los apresentando razões*”. Assim, ignorar ou simplesmente reprimir através da força as críticas argutas contra a prática equivocada das indulgências tão somente exporia “*a Igreja e o papa à zombaria dos inimigos*” e tornaria “*infelizes os cristãos*”.

Ao longo das **95 Teses**, Lutero lembra que a prática das indulgências era tradicional e significava o perdão dos castigos temporais impostos pela Igreja como sinal exterior da verdadeira contrição. Portanto, não havia relação com a salvação da alma e, menos ainda, com a liberação de almas do Purgatório. Estava, isto sim, relacionada à função de equilibrar a relação entre delitos e penas na disciplina do corpo clerical.

É importante considerar que as indulgências eram praticadas desde o século VII, e que a prática da comutação do castigo corporal em penas pecuniárias estava em conformidade com as regras de perdão do Direito Romano. Desde o século XIII, era habitual justificar tal costume através da doutrina de Alexandre de Hales (c.1170/85-1245), o *Thesaurus Meritorum*, ou seja, que previa a acumulação num tesouro da Igreja das ‘expições supérfluas’ dos santos. Não por acaso, da tese 60 até a tese 70, Lutero distingue as *indulgências apostólicas* (que formam o *Tesouro das Indulgências* e que devem ser atendidas com reverência) do *tesouro do Evangelho e da graça de Deus*. Daí, coerentemente com esta distinção, e ratificando a autoridade papal naquilo que lhe cabe, Lutero afirma as seguintes teses:

71. Seja excomungado e amaldiçoado quem falar contra a verdade das indulgências apostólicas.

72. Seja bendito, porém, quem ficar alerta contra a devassidão e licenciosidade das palavras de um pregador de indulgências.

73. Assim como o papa, com razão, fulmina aqueles que, de qualquer forma, procuram defraudar o comércio de indulgências,

74. Muito mais deseja fulminar aqueles que, a pretexto das indulgências, procuram fraudar a santa caridade e a verdade.

75. A opinião de que as indulgências papais são tão eficazes a ponto de poderem absolver um homem mesmo que tivesse violentado a mãe de Deus, caso isso fosse possível, é loucura.

A venda das indulgências era uma prática legítima da Igreja e foi necessária para o processo de cristianização da Europa. O abuso inicia-se com a incompreensão popular das indulgências como perdão do pecado, muito particularmente das sutilezas doutrinárias que cercavam as indulgências plenárias – i.e., o perdão da culpa futura –, perdendo-se de vista que se tratava exclusivamente de remissão do castigo temporal. Assim, se por um lado houve a incompreensão do vulgo, por outro, por conveniência mundana, a alta hierarquia da Igreja não contrariava esta incompreensão popular. Este era o ponto central da crítica de Lutero, nas **95 Teses**, pois as contradições morais e doutrinárias de sua prática voltaram à tona, em 1515, devido ao lançamento de indulgências em Magdeburgo e Halberstadt, no

Ducado da Saxônia, à revelia de qualquer consulta ao Eleitor da Saxônia, sob o pretexto da construção da Basílica de São Pedro.

A dimensão política da polêmica das Indulgências, 1517-1520

No início do século XVI, o sistema das indulgências tornara-se uma grande rede de negócio, pois já envolvia vastas somas de dinheiro e de interesses financeiros internacionais. Para Roma, a venda tornara-se uma fonte de rendimentos regulares e extraordinários, uma base de assentamento de empréstimos. Desde 1510, ao final de seu pontificado (1503-1513), Júlio II (1443-1513) já havia lançado a Indulgência do Jubileu, sobretudo para custear a nova Basílica de São Pedro.

Desde 1513, Alberto de Brandenburgo (1490-1545) – filho mais novo do Margrave de Brandenburgo – tornara-se arcebispo de Magdeburgo e bispo e administrador de Halberstadt; em 1514, havia tornado-se arcebispo de Mainz – cidade livre imperial, o que significava que Alberto havia se tornado um eleitor imperial, tal como o seu pai em Brandenburgo. Para conseguir licença papal para acumular tais benefícios eclesiásticos, Alberto conseguiu do papa Leão X tal consentimento ao fazer uma grande contribuição para a obra da Basílica de São Pedro. Para tanto, fez empréstimo junto à família dos financistas Függer, assentando-o, com concessão papal, na cobrança de indulgências nas três regiões. Em 1515, a coleta foi iniciada em Magdeburgo, Halberstadt e Mainz. Metade do arrecadado deveria ir para o papa e a outra metade para Alberto.



ÁREAS DA REFORMA EM FINAIS DO SÉCULO XVI

Durante a coleta das indulgências em Magdeburgo e Halberstadt, o dominicano João Tetzl (c.1465-1519), comissário local das vendas de indulgências, era sempre acompanhado pelos agentes dos financistas Függer, o que tornava a sua coleta particularmente escandalosa aos olhos de Lutero. No entanto, Lutero não queria escândalo, tanto que escrevera suas teses em latim para estabelecer uma *disputatio* com seus pares eclesiásticos. Mesmo porque, como vemos em outros de seus escritos, ele sempre manifestou que não cabia ao vulgo discutir sutilezas doutrinárias, o que significava que seus “soberanos senhores” (Papa, Imperador e Eleitor da Saxônia) deveriam proceder de uma forma que evitasse que tal assunto se tornasse objeto de zombarias vulgares.

No entanto, poucas semanas depois do lançamento das **95 Teses** em latim, surgiu uma tradução alemã na imprensa da Universidade de Wittenberg. Esta universidade foi fundada, em 1502, por Frederico III (1463-1525), o Sábio, Duque da Saxônia desde 1486. Portanto, é provável que a difusão

impresa em alemão das teses (originalmente latinas) de Lutero tenha acontecido com a anuência do próprio Eleitor da Saxônia. Com isso, em poucos meses, para a surpresa de Lutero, as suas idéias tornaram-se conhecidas em toda a cristandade ocidental. Tal fato provocara a redução súbita da venda de indulgências em Magdeburgo, Halberstadt e Mainz, o que prejudicava os planos de Alberto de Brandenburgo de honrar, através dos recursos dos pobres incautos, os empréstimos com os Függer.

Em dezembro de 1517, Alberto levou as suas queixas ao papa em Roma. Então, a cúria romana ordenaria ao inoportuno monge agostiniano que se calasse. No entanto, entre 1518 e 1519, frente às investidas do dominicano Tetzl (que defendia as antíteses compostas por Konrad Wimpina), do inquisidor Mazzolini Silvestro da Prierio (c.1456/57-1523) e do douto teólogo João Eck (1486-1543), Lutero vai tornando públicas as suas réplicas, o que incluiria a publicação de um manuscrito latino, com uma explicação

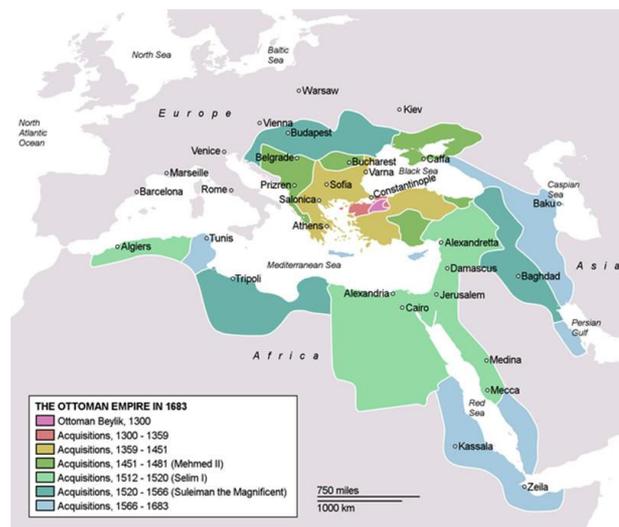
das **95 Teses**, no outono de 1518. Deste modo, o debate foi tomando uma proporção inesperada, embora, inicialmente, para muitos membros da Igreja parecesse mais uma das muitas rugas entre dominicanos e agostinianos alemães.

Desde julho de 1518, Lutero havia sido instado a partir para Roma para submeter-se a julgamento eclesiástico. No entanto, a indiferença do Eleitor da Saxônia em responder aos pedidos papais concernentes a isso sinalizava

para um problema político que poderia ser prejudicial aos planos de Leão X de conseguir apoio para a eleição da Casa de Habsburgo para o cargo imperial em 1519. Para Leão X, isso seria importante para contrabalançar o poder da França no norte da Itália (o Ducado de Milão estava sob domínio da dinastia Valois desde 1515) e conter a ameaça otomana na Europa Oriental, que era marginada pelos domínios austríacos da Casa de Habsburgo. Veja os mapas abaixo:



SACRO-IMPÉRIO, MEADOS DO SÉCULO XVI



IMPÉRIO OTOMANO, DESTAQUE PARA SULTANATO DE SULEIMAN I (1520-66)

O Eleitor da Saxônia, patrono da Universidade de Wittenberg, considerava haver uma afronta à sua autoridade na matéria das indulgências, embora não exatamente pelas razões teológicas apontadas por Lutero. Tradicionalmente, os Duques da Saxônia tinham os seus membros ocupando os bispados de seus domínios, ou quando não, deveriam ocorrer consulta e consentimento dos mesmos. Portanto, ao colaborar com Alberto de Brandeburgo, o papa Leão X feria a soberania do Ducado da Saxônia. Além disso, quando o poder papal aceitou que Alberto tivesse dispensa para acumular

benefícios eclesiásticos na Saxônia (Magdeburgo e Halberstadt) e Mainz (cidade eleitora, mas economicamente decadente desde meados do século XV), isso feria o equilíbrio de poder da Casa da Saxônia, na Dieta Imperial, frente às Casas de Brandeburgo e de Habsburgo.

Em todo caso, a ameaça expansionista otomana aumentava a importância estratégica da Casa de Habsburgo que, além de tudo, tinha domínios ricos em metais preciosos na Europa Central. Nesta conjuntura de tensão de muitos príncipes alemães com o papado, foi oferecida a coroa imperial a Frederico

III, que declinou da oferta em favor de Carlos V. Com a eleição de Carlos V (1500-1558), em 1519, à condição de Sacro Imperador, a Casa de Habsburgo passou a reunir a coroa imperial e as coroas dos reinos espanhóis (estas, desde 1516), o que significava agregar aos seus domínios as riquezas potenciais da América.

As razões da indisposição do Eleitor da Saxônia em relação às demandas do papa Leão X de repreensão contra Lutero tornam-se ainda mais claras se considerarmos que não foi consultado a respeito da venda de novas indulgências em Magdeburgo e Halberstadt. Portanto, como não a havia autorizado, isso poderia afetar a estrutura e rede fiscal-financeira do ducado, pois os seus súditos – principalmente os mais pobres – poderiam perder capacidade de pagar impostos e taxas senhoriais – e, nestas circunstâncias, forçá-los a isso poderia causar sedições. Nesse sentido, melhor seria convencê-los a não pagar. Considerando isso, podemos entender o quanto seria oportuna, para seus interesses, a divulgação das teses de Lutero em alemão. Afinal, devemos lembrar que as versões impressas em alemão partiram da gráfica da Universidade de Wittenberg, da qual Frederico III era patrono desde 1502.

Assim, passados três anos, por associar-se a vários outros fatores e reações de poderes locais não previstos por Lutero, o episódio menor das **95 Teses** transformara-se numa reação político-teológica de parte das cidades, principados e ducados do noroeste do Sacro-Império contra o poder da Cúria Romana. No entanto, entre 1517 e 1547, para muitos dos atores dos eventos em torno de Lutero (que morreria em 18 de fevereiro de 1546), não havia clareza de que as necessárias reformas no interior da Igreja deveriam significar um cisma

religioso na Europa Ocidental. Tanto que, até o primeiro período do Concílio de Trento (1545-1547), houve a expectativa da ala humanista da Igreja de que pudesse haver consenso. Durante este período, o próprio imperador Carlos V manteve uma postura dual em função da necessidade de fazer escolhas pragmáticas, conforme a conjuntura, em face das pressões políticas e territoriais otomanas, francesas e papais.

Súditos e Soberanos em face das Questões de Fé e Liberdade Cristãs

Em 1521, Martinho Lutero sofrera excomunhão papal e era malquisto por Carlos V. Imediatamente após a Dieta de Worms (1521), com apoio papal, Carlos V pretendia combater os principados, ducados e cidades-livres do Sacro Império que tinham tornado-se refratários às autoridades imperial e papal, ou buscado acordos bilaterais com a dinastia de Valois, que projetava seu poder sobre o norte da Itália desde 1515. Os príncipes alemães que rompiam frontalmente com o papado poderiam estar realizando o primeiro passo para uma completa ruptura com a própria suserania do imperador no interior do Sacro Império, num momento em que, desde 1520, o sultão Suleiman I (1494/95-1566) aumentava, por terra e mar, a sua pressão sobre a Europa. Portanto, como *imperator* (i.e., líder militar e político), Carlos V estava disposto a fazer guerra contra os eleitores imperiais e súditos que ameaçassem a unidade político-religiosa do Sacro Império. No entanto, como foi assinalado, havia nisso os custos adicionais – material e estratégico – da guerra na fronteira oriental do Sacro Império, cuja defesa interessava a todos, protestantes ou católicos.

É nesta conjuntura que surge o sermão “*Sobre a Autoridade Secular*” (1523),

no qual Lutero define que seu objetivo principal é “*achar um firme fundamento para a lei secular e a Espada, de modo a remover qualquer possível dúvida quanto ao fato de ambas estarem no mundo como resultado da vontade e da providência divinas*”. Como outros teólogos conservadores (católicos ou protestantes) de sua época, Lutero racionaliza o pecado como fundamento do poder secular, pois, desde a Queda...

“o mundo é mau e somente um ser humano em mil é um verdadeiro cristão,...Deus instituiu dois governos: o espiritual, que molda os verdadeiros cristãos e as pessoas justas por meio do Espírito Santo sob Cristo; o secular, que reprime os maus e os não-cristãos e os obriga a conservarem-se exteriormente em paz e a permanecerem quietos, gostem ou não disso...”

Havia nisso dois padrões de ensinamento: o Evangelho para os justos; a Lei para os ímpios. No entanto, nenhuma instância humana conseguiria medir o que se passa no coração dos homens, ou seja, se mantêm uma exterioridade de vida cristã por consciência e fé, ou se o faz somente por conveniência mundana. Dada esta diferença insondável na condição humana, a liberdade do cristão não poderia ser confundida com desrespeito às autoridades constituídas. Afinal, como o governo de Cristo não é deste mundo, o verdadeiro cristão também precisa dos efeitos da Lei para se proteger, embora não necessite dela para manter uma exterioridade de vida cristã. Como “*somente um ser humano em mil é um verdadeiro cristão*”,...

“imaginem qual seria o resultado se alguém quisesse ter o mundo governado segundo o Evangelho e abolir a Espada e toda a lei secular

com base em todos serem batizados e cristãos, e de o Evangelho não admitir o uso da lei ou da Espada entre os cristãos...? Esse alguém libertaria os animais selvagens de suas correntes (...). E, desse modo, os iníquos, sob a cobertura do nome de cristãos, fariam mau uso da liberdade do Evangelho (...). Assim, tentar governar toda uma região ou o mundo inteiro por meio do Evangelho é como abrigar no mesmo redil lobos, leões, águias e carneiros...”

Com esta racionalização bíblica, observamos Lutero tornar complementar e consecutivo o Velho e o Novo Testamento, pois,...

“entre as coisas criadas por Deus, vocês devem incluir não somente a comida e a bebida, as roupas e os sapatos, mas também o poder e a subordinação, a proteção e a punição. Todos têm o dever de fazer o que seja necessário por seu próximo, sem levar em conta se é algo pertencente à Antiga ou à Nova Aliança, independentemente de ser judaico ou pagão...”

Disso também deriva, ao longo do sermão, uma crítica às *autoridades tosquadoras* e aos *súditos insolentes* (nomeadamente, os anabatistas). Então, o tema da liberdade do cristão é explorado em dupla chave: por um lado, não deve ser entendida como justificativa para a revolta e arrogância contra as autoridades; por outro lado, estas devem ter clareza de que não podem, arrogantemente, criar a fé no súdito ou pretender, de modo supersticioso, abrir e fechar as portas do céu, ou ainda deixar de cumprir aquilo que divinamente justifica o pacto de submissão (proteção e segurança dos súditos).

Assim, Lutero se vale de racionalizações bíblicas para censurar a todos os potentados que, pretextando

combate pela fé, apenas estavam interessados em manter o mando, muito mais do que patrocinar a Palavra ou promover ações misericordiosas para com seus súditos. No entanto, patrocinar a Palavra não significava que os potentados deveriam tomá-la e impô-la aos súditos conforme as suas imaginações e gostos pessoais, como se pudessem tomar o lugar de Deus e obrigar os seus súditos a crer no que bem lhes aprouvesse, mas sim gerar proteção, paz e segurança para os súditos e garantir que a pregação da Palavra não fosse deturpada para servir aos seus interesses pessoais de mando.

Daí, ao desenvolver a sua censura aos “príncipes de cérebros pútridos”, Lutero também fala em seu sermão da necessidade de separar as atribuições dos poderes seculares e eclesiásticos, lembrando que estes regulam setores distintos da *vida externa do súdito*, ou seja, daquilo que concerne à ordem civil e daquilo que concerne à exterioridade de uma vida cristã decente. Neste argumento, caberia ao poder secular manter a paz civil e ser o senhor da justiça, enquanto ao poder eclesiástico caberia a pregação e inspirar bom exemplo de caridade, que é o antítipo moral da cobiça existente na maioria dos homens.

Portanto, tais poderes deveriam realizar adequadamente os seus papéis (respectivamente, *manter a ordem pública e patrocinar a Palavra com bons exemplos de conduta e manter pastores que demonstrassem em suas funções um efetivo exemplo da ‘caritas’ de Cristo*), sem misturar atribuições ou arrogar-se uma potência que é exclusiva de Deus – i.e., criar a fé no coração dos súditos.

Nesse sentido, quando Lutero diz que a “fé é livre”, não quer dizer que um indivíduo consiga ter fé – e ser salvo –

unicamente pela força de sua vontade e mérito individual – muito menos pela força e vontade do príncipe. Aliás, supor isso seria contraditório com o seu tratado “*De Servo Arbitrio*” (1525). A verdadeira “fé é livre” porque é dom gratuito de Deus, cujas razões são insondáveis, o que significa que o mérito humano (manifesto, por exemplo, em *obras de misericórdia* que podem ser úteis para a manutenção da exterioridade de uma vida cristã e para a paz civil) não tem poder intrínseco para persuadir a misericórdia divina.

Além disso, em seu sermão, Lutero afirmava haver uma distinção entre obra e fé no processo de salvação da alma, mas ambas, por razões distintas, seriam úteis para a convivência inevitável entre réprobos e eleitos até os finais dos tempos. Como podemos notar, tal distinção não significa oposição, mas uma diferença hierárquica nos efeitos possíveis para o cristão – e para a sua comunidade – da caridade num mundo que Lutero enxergava como composto por *maioria não verdadeiramente cristão e por uma minoria não estavelmente cristã*.

Como a fé decorria de um trabalho misterioso de Deus no espírito, disso Lutero deduzia que nenhuma potência humana é capaz de fazer alguém crer ou ter fé, ou salvar a alma ou isentar alguém de pecado. Como a fé é uma “obra do espírito” cujo autor é Deus, o verdadeiro cristão (o “trigo”) realizaria as obras de caridade na vida exterior porque *sente espontaneamente amor ao próximo*, não porque calcula as obras como um meio de salvação. Pelo contrário, quem calcula a sua própria salvação ao realizar obras de caridade age como hipócrita (o “joi”).

Ora, como somente Deus enxergaria o que se passa no coração dos homens,

não caberia aos poderes seculares e eclesiásticos julgar ou medir a sinceridade da fé de ninguém, mas sim garantir uma convivência exteriormente cristã a partir dos pontos fundamentais da fé, sem as “deturpações” dos escolásticos das universidades (i.e., aqueles que Lutero acusa de dobrar a Palavra conforme as conveniências de seus senhores). Portanto, o sermão de Lutero cria um argumento que poderia ser útil para o Duque da Saxônia, seu patrono, utilizar perante a potência imperial de Carlos V e, deste modo, evitar a guerra entre os poderes soberanos do Sacro Império, pois isso poderia abrir margem para muitas desordens civis entre nobres e a multidão.

No sermão “*Sobre a Autoridade Secular*”, Lutero não tem em vista a “questão otomana”, mas, em todo caso, a sua discussão sobre a “liberdade da fé” aponta para a possibilidade de se alcançar uma paz interna no Sacro Império que, no final das contas, seria útil para conter a ameaça otomana. O tema da *caritas* também poderia ir nessa direção, pois, como a verdadeira obra de caridade (que somente pode ser julgada por Deus) decorre da verdadeira fé (que somente pode ser criada por Deus), a sinceridade ou a intenção de quem a pratica é indiferente (como *causa primeira*) para a vida civil, pois, em todo caso, o *efeito externo* da *caritas* é a pacificação e proteção dos súditos.

Portanto, manter a exterioridade da vida cristã em seus pontos fundamentais torna as manifestações de *caritas* úteis para a vida em comum. Não paradoxalmente, até o interesse do hipócrita de tirar algum proveito a partir da *aparência de uma vida cristã* (o que inclui o respeito às leis, às autoridades constituídas e a tudo que

possa promover a *paz civil*) também é necessário enquanto os verdadeiros cristãos viverem neste mundo – na prática, isso é o mesmo que dizer que é possível derivar algum bem (*comum*) do mal (*individual*), ou seja, que o interesse ou ímpeto (do hipócrita ou do santo) pela *aparência de uma vida cristã* possibilitaria que as “ovelhas” pudessem conviver exteriormente em paz com os “lobos”.

Aliás, o próprio Lutero sugere que nada poderia garantir que um verdadeiro cristão iria conseguir manter tal estado santificado por toda a sua vida, o que corroborava a tese de que, embora qualquer forma de manifestação externa de *amor ao próximo* não tivesse valor intrínseco no processo de salvação, o interesse (mundano ou santo) de exteriorizá-lo em obras e atitudes seria um instrumento necessário para conter a perversidade e a cobiça dos homens. Portanto, a prática caridosa, mesmo insincera, poderia ter efeitos benéficos para a manutenção da ordem social.

Como podemos notar, através de uma *visão agostiniana da condição humana*, Lutero consegue conciliar pragmatismo político e caridade cristã. Aliás, nos trechos finais selecionados de seu sermão, teremos a oportunidade de observar, a exemplo do tema da guerra justa e da manutenção da soberania e das hierarquias de poder, a forma como Lutero produz uma racionalização teológica do tema da ‘*caritas*’ em perfeita harmonia com o pragmatismo político das autoridades soberanas.

Lutero demonstra, por exemplo, que não há contradição entre ser um *príncipe cristão* e agir com *pragmatismo político*, se o que está em causa é a realização da proteção e segurança dos súditos, pois isso

guardaria analogia com o princípio fundamental do “*amor ao próximo*” (“*caritas*”). No entanto, exteriormente, não há como saber se uma guerra defensiva ou preventiva é motivada por um *sincero amor aos súditos* ou por mero *interesse pessoal de manter o mando*. Como medir isso só é possível a Deus, não é factível aos súditos julgarem o coração dos príncipes, tanto quanto estes não podem arrogar-se o poder de criar a fé nos súditos.

Não por acaso, Lutero fala das obrigações dos súditos para com seu soberano, sendo contrário à *resistência ativa* contra a sua autoridade. No entanto, Lutero adverte que, quando a autoridade se torna ímpia e tirânica, põe a si mesma em risco – particularmente se não é instrumento da ira divina. Afinal, nenhum poder soberano deve esquecer a *paradoxal condição do homem (amalgama de bem e mal)* e que a *fé é uma obra insondável de Deus no espírito do homem*, mas os escolhidos são poucos e não há garantia de que venham a se manter verdadeiros cristãos por toda vida. Em sua visão, somente esta minoria suportaria o fardo de um soberano ímpio sem revoltar-se contra ele.

Assim, centrada nos temas da *caridade*, da *paradoxal condição humana*, da *eleição* e da *liberdade do cristão*, a racionalização teológico-política de Lutero articula-se perfeitamente com uma visão de mundo marcada pelos princípios de autoridade, de reciprocidade hierárquica de poderes e de distinção social característicos do Antigo Regime. Justamente por ser formado neste conjunto de valores sociais e teológicos, Lutero usa seu sermão para advertir os poderes soberanos para o fato de que, quando agem de *forma tirânica e ímpia*, estão

dando licença à *cobiça* da maioria dos súditos e, portanto, devem considerar que, dada a força exemplar de suas posições eminentes, isso abre margem para que seus súditos (cuja maioria é formada de “réprobos”, “joio”, “lobos”, etc.) façam o mesmo, através de *sedições – o que, afinal, é uma das formas de a cobiça se manifestar sem peias entre os homens de baixa condição, ou em altezas sociais de cérebro pútrido*.

Portanto, para serem “graciosos senhores”, as altezas sociais não deveriam perder de vista que somente o verdadeiro cristão (a *minoría inconstante no mundo*) submeter-se-ia pacificamente à “cruz” de soberanos tirânicos e ímpios. Nesse sentido, como antídoto contra a cobiça dos súditos, um príncipe deveria ser fonte exemplar de caridade e vigília, de forma a constranger os réprobos a imitar a sua exterioridade de vida cristã. Como Lutero afirma, os verdadeiros cristãos não precisariam das leis para atuar conforme este princípio, pois, para eles, agir com caridade não é algo forçoso, mas um ímpeto sincero oriundo da fé. Disso decorre que os eleitos, mesmo quando não obedecem às ordens dos soberanos tirânicos e ímpios, não deixam de se submeter aos efeitos punitivos decorrentes de sua desobediência. Mas é necessário ratificar: tais *santos* são uma *minoría inconstante no mundo*...

Com isso, Lutero lembra a necessidade de seus senhores darem prova e exemplo de que governam para seus súditos e não para seus interesses e fantasias pessoais, pois poucos seriam os súditos capazes de aceitar resignadamente o fardo punitivo de leis tirânicas e ímpias. Na racionalização teológico-política de Lutero, o antítipo moral exemplar destes poucos *santos*

seriam os “*bárbaros anabatistas*”, pois, *em nome da fé ou de uma compreensão equivocada da liberdade do cristão*, teriam reagido contra seus “desgraciosos senhores” que, como lembra Lutero, nada faziam além de tosquia-los.

Portanto, como reação à cobiça de seus “desgraciosos senhores”, os “*bárbaros anabatistas*” tiveram uma insolente e sediciosa reação contra a sua autoridade. A insolente autoconfiança de sua suposta *perfeição de fé* era distinta, portanto, daquela que Lutero atribuía ao *verdadeiro cristão*, cuja potencial desobediência aos senhores ímpios por razões de consciência não significava reagir contra os efeitos punitivos das leis equivocadas de um soberano, ou contra a obrigação de se manterem deferentes em relação aos superiores sociais. Afinal, se toda autoridade foi constituída, desde a Queda, por Deus para garantir a convivência entre os homens, deve ser entendida e honrada como parte da insondável providência divina.

Então, as ações de um poder soberano deveriam estar modeladas pelo princípio da *caritas*, o que implicava em ser bem regradas, para que justamente a vida em comum não fosse avassalada pela injustiça, pela cobiça e pelo desespero. Assim, ao explorar, em seu sermão, o motivo retórico do “mundo de ponta-cabeça”, Lutero ratifica contundentemente a ordem – uma ordem que pressupõe a reciprocidade entre desiguais e, portanto, que cada um cumprisse, com regramento, as *obrigações concernentes à sua posição social*.

Ora, se seria verdade que algumas altezas sociais – fontes de exemplos para as demais ordens – exerceriam autoridade, comando, justiça e punição por estarem sinceramente motivadas

pelo sentido de *caritas* de suas posições e funções, também seria certo afirmar que outras poderiam agir pelo mero interesse mundano de manter o mando. Em todo caso, independentemente das motivações, não manter exteriormente um regramento cristão para as leis, ações e instituições é tirar as peias da cobiça e, assim, transformar súditos em feras.

Ao apontar tais riscos, Lutero esperava *suscitar o interesse* ou *ativar a consciência* de “desgraciosos senhores” (seculares e religiosos) no sentido de buscarem os limites adequados de conservação de uma exterioridade cristã em seus domínios e evitarem fazer guerras entre si “em nome da fé”. Em tudo isso há uma preocupação com as desordens sociais e políticas, com a manutenção das cadeias de comando; há também um desejo de que as hierarquias sociais não saíssem abaladas pelos efeitos sociais e políticos imprevistos das reformas religiosas.

Conclusão

Desde o início da Reforma, doutos protestantes como Lutero tiveram de lidar com uma conseqüência indesejada de suas idéias relativas à *interiorização da fé* e do mistério da *eleição*: a autoconfiança exagerada da eleição e, por conseguinte, uma concepção radical da liberdade do cristão. Ora, as “*sedições anabatistas*” mostraram às gerações de Lutero (1483-1546) e Calvino (1509-1564) o quanto que a *autoconfiança da eleição* e o *princípio do sacerdócio universal*, em versão radical, poderiam facilmente descambar para a idéia de que a salvação era para todos, ou para aqueles que fizessem parte de determinadas comunidades. Paradoxalmente, esta leitura radical do mistério da eleição se contrapunha à visão agostiniana de Lutero de que o

pecado e a inferioridade fossem hereditários.

O sermão “*Sobre a Autoridade Secular*” está marcado por sutilezas que decorrem da compreensão de Lutero do tema da *liberdade do cristão*, da *caridade* e dos efeitos paradoxais da *Queda do Homem* nas instituições, leis e autoridades, pois todos estes fatores são acionados em seu discurso para sustentar as suas teses relativas aos papéis distintos e complementares dos poderes seculares e eclesiásticos. Para além das racionalizações bíblicas, é explorada no sermão a tese clássica de que há uma relação complementar entre poderes soberanos (ímpios e tirânicos) e súditos (sediciosos e réprobos), disso decorrendo a *necessidade moral-religiosa e pragmática* de se fazer um *uso cristão* da autoridade secular.

Nos seus últimos anos de vida, ou mesmo já em meados da década de 1530, Lutero abandonaria muitas das idéias expostas no sermão “*Sobre a Autoridade Secular*”. Alguns escritos ganhariam um tom mais antissemita e intolerante em matéria religiosa, a ponto de, frente à pressão política dos príncipes aliados dos Duques da Saxônia, Lutero defender a *necessidade de a religião do súdito ser necessariamente a mesma do seu soberano*, ou seja, o princípio “*cuius regio, eius religio*”, que seria elevado a

sistema pela geração posterior a Lutero e tornar-se-ia um ponto central de negociação para a Paz de Augsburgo (1555).

Ora, tal princípio justificaria ações violentas, “em nome da fé”, por parte das autoridades seculares contra os súditos (e dos súditos entre si), o que contrariava as idéias expostas por Lutero, trinta anos antes, no sermão “*Sobre a Autoridade Secular*”, particularmente quando afirmava que a heresia deveria ser combatida com pregação e não *com a espada*. Em todo caso, ao final da vida, observamos Lutero tomando, cada vez mais, o termo “multidão” como sinônimo de “ímpio”, dando justificativas teológicas aos príncipes para reprimirem suas sedições, “em nome da fé”, *com a espada*.

Ao longo de sua vida, Lutero ficaria sob a patronagem, sucessivamente, de três Eleitores da Saxônia: o já mencionado Frederico o Sábio (reinado: 1486-1525), João o Constante (reinado: 1525-1532) e João Frederico o Magnânimo (reinado: 1532-1547). Ao dirigir a carta-dedicatória do seu sermão “*Sobre a Autoridade Secular*” ao patrono, Lutero se reporta, com deferência, ao segundo, pois, como Frederico III não deixara descendência masculina legítima antes de adoecer, João já estava indicado como seu sucessor.

APÊNDICE

“SOBRE A AUTORIDADE SECULAR”(Trechos selecionados da Edição *Martins Fontes*, 1995)

Revisão e adaptação para fins didáticos por Alexander Martins Vianna

Carta de Martinho Lutero ao seu patrono, João da Saxônia, na qual resume e justifica os objetivos de seu sermão, intitulado “Sobre a Autoridade Secular”:

Ao ilustre e nobre Príncipe e Senhor, João, Duque da Saxônia, Landgrave da Turíngia, Margrave de Meissein, meu gracioso Senhor.

Graça e harmonia em Cristo. A força das circunstâncias e o fato de que muitos me pediram, mas, sobretudo, os desejos de Vossa Alteza, meu mui excelente e nobre príncipe e bondoso Senhor, obrigam-me a escrever mais uma vez sobre a autoridade secular e sua Espada: Como se pode fazer um uso cristão da autoridade secular e até que ponto os cristãos lhe devem obediência? O que os perturba são as palavras de Cristo em Mateus 5 [25: 39-40]: “*não resistais ao homem mau..., mas sede complacente com seu adversário; e àquele que vos quer tomar a túnica, deixa-lhe também a veste*”. E na Epístola aos Romanos 12 [19]: “*A vingança pertence a mim; eu é que retribuirei, diz o Senhor*”. Há muito tempo, são exatamente esses os textos utilizados pelo Príncipe Volusiano em objeção a Santo Agostinho, impugnando a doutrina cristã por dar carta branca aos malfeitores e por ser incompatível com a Espada secular. Os sofistas nas universidades também encontram aqui obstáculo, visto não poderem compatibilizá-las.

Assim, para não colocar os príncipes totalmente fora da cristandade, os sofistas têm ensinado que essas declarações de Cristo não são mandamentos, mas somente “conselhos para a perfeição”. Em outras palavras, para preservar a posição e a dignidade dos príncipes, Cristo foi apresentado dizendo o que não era nem verdadeiro nem justo. Por serem cegos e desprezíveis sofistas, não conseguem exaltar os príncipes sem rebaixar Cristo. Esse erro venenoso agora permeou o mundo todo (...). O diabo apossou-se completamente dos sofistas e das universidades (...).

Mas minha esperança é a de que eu seja capaz de ensinar aos príncipes e às autoridades seculares como podem permanecer cristãos e ter Cristo como Senhor, sem reduzir seus mandamentos a simples “conselhos”. E gostaria de realizar isso como um humilde serviço a Vossa Alteza, como algo que todos possam usar, se necessitarem, e para louvor e glória de Cristo nosso Senhor. E recomendo Vossa Alteza e vossa família à graça de Deus, para que tenham sua misericórdia. Amém.

Wittenberg, dia de Novo Ano, 1523

O humilde servo de Vossa Alteza.

Martinus Luther

* * *

Primeira Parte do Sermão

Em que se busca demonstrar que não há contradição entre o Evangelho e as Leis de Moisés na fundamentação do uso da Lei e da Espada Secular nos reinos cristãos

(...) Deus Todo-Poderoso tornou loucos os nossos príncipes: eles realmente acreditam que podem ordenar a seus súditos o que quer que desejem e fazer em relação a eles o que bem lhes aprouver. E seus súditos estão igualmente iludidos e erroneamente acreditam que devem obedecer-lhes em todas as coisas. Agora, chegou-se a esse ponto em que os governantes começaram a ordenar às pessoas que entregassem livros e acreditassem e pensassem como seus governantes lhes dizem. Eles tiveram a temeridade de se colocarem no lugar de Deus, de tornarem a si mesmos senhores das consciências e da crença, e de pretenderem dar lições ao Espírito Santo a partir do que existe em seus cérebros pútridos.

(...) Se o imperador fosse retirar deles um de seus castelos ou cidades, ou ordenar qualquer outra coisa que não lhes parecesse justa, logo os veríamos procurar razões pelas quais teriam o direito de resistir e desobedecer-lhe. Porém, enquanto for uma questão de atormentar o homem pobre e de submeter a vontade de Deus a seus próprios e arbitrários caprichos, deve ser chamada de “obediência às ordens do imperador”. Em tempos passados, pessoas desse tipo teriam o nome de canalhas, mas agora devemos chamá-las de “príncipes cristãos e obedientes”. (...) São esses os príncipes que governam os territórios alemães do Império, e não causam espanto que as coisas estejam em tal estado.

Então, como o furor desses tolos conduz à destruição da fé cristã, à negação da Palavra Divina e à blasfêmia contra a majestade de Deus, não posso mais ociosamente ficar à parte e limitar-me a observar os meus desgraçados senhores e furiosos príncipes. Devo resistir-lhes, embora somente com palavras. E uma vez que não tive temor de seu ídolo, o papa, quando me ameaçou com a perda do céu e de minha alma, devo mostrar ao mundo que tampouco tenho receio dos lacaios do papa, que me ameaçam com a perda de minha vida e meus bens mundanos. Possa Deus deixá-los em fúria até o fim dos tempos e ajudar-nos a sobreviver às suas ameaças. Amém.

Nossa tarefa inicial consiste em achar um firme fundamento para a lei secular e a Espada, de modo a remover qualquer possível dúvida quanto ao fato de ambas estarem no mundo como resultado da vontade e da providência divinas.(...) A Espada e sua lei existiram desde o início do mundo.(...) E se algo impede que a lei seja cumprida, ou se a Espada é morosa e o assassino morre de morte natural, isso não prova que as Escrituras estejam erradas. O que dizem as Escrituras é que todos que derramam o sangue dos homens deverão ter seu sangue derramado pelos homens. É culpa dos homens se a lei de Deus não é levada a cabo, assim como, se os demais mandamentos de Deus não são obedecidos. (...) Existem clareza e certeza suficientes quanto ao modo pelo qual a Espada e a lei seculares devem ser empregadas de acordo com a vontade de Deus: para punir os malfeitores e proteger os justos.

(...) Mas o que diz Cristo em Mateus 5 [38-39] parece contundentemente contrário a isso (...); no mesmo sentido, na Epístola de Paulo aos Romanos 12 [19]; (...) e também em Mateus 5 [44] ... e em 1Pedro 2 [na verdade, 3,9]: “Ninguém deverá pagar o mal com o mal, nem injúria com injúria, etc.”. Estas e outras afirmações semelhantes são indisputáveis e soam como se os cristãos da Nova Aliança não devessem ter Espada secular. É por isso que os sofistas dizem que Cristo aboliu a Lei de Moisés e, por isso, tornam tais ordens “conselhos de perfeição”. Eles dividem...a doutrina cristã e a condição cristã em duas partes. A uma parte chamam “aqueles que são perfeitos”, e destinam-lhes os “conselhos”; à outra parte chamam “os imperfeitos”, e destinam-lhes as “ordens”. Mas isso é pura desfaçatez e obstinação, sem qualquer sanção das Escrituras.

(...) A perfeição e a imperfeição não são inerentes às obras e não estabelecem qualquer distinção de condição exterior ou de *status* entre cristãos; pelo contrário, são inerentes ao coração, à fé, ao amor, de tal modo que todo aquele que acredita mais e tem mais amor, tal pessoa é perfeita, independentemente de ser um homem ou uma mulher, um príncipe ou um camponês, um monge ou um leigo, pois o amor e a fé não criam dissensões e distinções exteriores. Aqui devemos dividir os filhos de Adão...em duas partes: a primeira pertence ao reino de Deus; a segunda ao reino do mundo. Todos aqueles que acreditam verdadeiramente em Cristo pertencem ao reino de Deus. (...) Ora, tais pessoas não têm necessidade nem da lei nem da Espada seculares. E se todos no mundo fossem verdadeiros cristãos, isto é, se todos acreditassem verdadeiramente, tampouco haveria necessidade ou função para príncipes, reis, senhores, a Espada ou a lei, (...) [pois os verdadeiros cristãos] fazem muito mais do que quaisquer leis ou ensinamentos poderiam exigir. Como diz Paulo em 1Timóteo 1[9]: “As leis não são destinadas ao justo, mas aos injustos”. Por que deve ser assim? Porque o homem justo, por sua livre vontade, faz tudo e muito mais do que exige qualquer lei, mas os injustos nada fazem que seja direito e, por conseguinte, precisam das leis para ensiná-los, forçá-los e instigá-los a agir com retidão. (...) Em outras palavras, aqueles que não são [verdadeiros] cristãos são constrangidos pelas leis a absterem-se exteriormente de ações iníquas..., [e] uma vez...que nenhum homem é por natureza um cristão ou um justo, mas são todos maus e pecadores, Deus coloca obstáculos diante de todos eles por meio da lei, impedindo-os de fazer o que querem e de expressar exteriormente sua iniquidade em ações.

(...) Uma vez que o mundo é mau e somente um ser humano em mil é um verdadeiro cristão,...Deus instituiu dois governos: o espiritual, que molda os verdadeiros cristãos e as pessoas justas por meio do Espírito Santo sob Cristo; o secular, que reprime os maus e os não-cristãos e os obriga a conservarem-se exteriormente em paz e a permanecerem quietos, gostem ou não disso. (...) Imaginem qual seria o resultado se alguém quisesse ter o mundo governado segundo o Evangelho e abolir a Espada e toda a lei

secular com base em todos serem batizados e cristãos, e de o Evangelho não admitir o uso da lei ou da Espada entre os cristãos...? Esse alguém libertaria os animais selvagens de suas correntes (...). E, desse modo, os iníquos, sob a cobertura do nome de cristãos, fariam mau uso da liberdade do Evangelho (...). Assim, tentar governar toda uma região ou o mundo inteiro por meio do Evangelho é como abrigar lobos, leões, águias e carneiros no mesmo redil.

(...) Portanto, deve-se tomar cuidado em conservar distintos os dois governos. (...) Nenhum deles é suficiente para o mundo sem o outro. (...) O governo espiritual de Cristo não se estende a todos; pelo contrário, em todos os tempos os cristãos são os menos numerosos e vivem em meio aos não-cristãos. Por outro lado, onde o governo secular ou a lei governa por si só, prevalece a hipocrisia pura e simples..., pois ninguém se torna verdadeiramente justo sem o Espírito Santo em seu coração, por melhores que sejam suas ações; de igual forma, onde o governo espiritual preside sem auxílio..., toda sorte de iniquidade campeia à solta e toda espécie de velhacaria manifesta-se abertamente.

(...) Cristo não trouxe consigo a Espada ou a instituiu em seu reino...[*porque*] governa exclusivamente por seu Espírito Santo, sem quaisquer leis e, embora confirmasse a Espada, ele mesmo não a empregou, pois ela não favorece o seu reino, que contém somente os justos (...). Cada um deve cuidar de sua própria vocação e de seu próprio ofício. E assim, embora o próprio Cristo não tenha empunhado ou ensinado a Espada, é suficiente que não a tenha proibido ou eliminado. (...) Então, vocês podem perceber o alcance das palavras de Cristo...a partir de Mateus 5[38-39]...[*quando diz que*] os cristãos não devem recorrer aos tribunais ou usar a Espada secular entre si mesmos. Na realidade, isso só é dito aos cristãos, que ele ama, e são somente eles que o aceitam e agem de acordo com isso (...). É tal o caráter que o Espírito conferiu a seus corações que eles não fazem mal a ninguém, mas, pelo contrário, suportam-no de bom grado nas mãos de qualquer outra pessoa. Ora, se o mundo inteiro fosse cristão, tais palavras seriam aplicadas a todos, e todos agiriam de acordo com elas [, *tornando desnecessários os governos seculares*]. No entanto, uma vez que existem não-cristãos, as palavras não têm a ver com eles, que tampouco as seguem.

(...) Entre si e para si mesmos, os cristãos não necessitam de nenhuma lei e de nenhuma Espada, pois não têm uso nenhum para eles. (...) Enquanto se encontra sobre a terra, um verdadeiro cristão vive para seu próximo e o serve, e não para si mesmo; faz coisas que não são em seu próprio benefício, mas das quais seu vizinho tem necessidade. Tal é a natureza do espírito cristão. Ora, [*como*] a Espada é indispensável ao mundo inteiro para preservar a paz, punir o pecado e refrear os iníquos,...os cristãos prontamente se submetem a ser governados pela Espada, pagam impostos, respeitam os que estão investidos de autoridade, servem-nos, auxiliam-nos e fazem o possível para apoiar o seu poder, de modo que possam prosseguir com seu trabalho, e o temor e a reverência diante da autoridade possam ser preservados. Embora os cristãos disso não necessitem para si mesmos, cuidam do que é necessário para os outros. (...) Segue-se de tudo isso que a interpretação correta das palavras de Cristo em Mateus 5 [38-39]...é a de que os cristãos devem ser capazes de suportar todo mal e toda injustiça sem buscar vingança para si mesmos, e sem tampouco recorrer aos tribunais em defesa própria.

(...) [*Enfim,*] o cristão executa toda a sorte de obras de amor sem que ele próprio necessite delas...; [*deve*] à Espada seu serviço e seu apoio por todos os meios que estejam ao seu alcance, seja com seu corpo, seus bens, sua honra e sua alma, pois essa é uma tarefa da qual...não [*tem*] necessidade, mas [*sim*] seu próximo e o mundo inteiro [*para preservar a paz, punir o pecado e refrear os iníquos*]. (...) É desse modo que, desde o início do mundo, todos os santos empunharam a Espada...; [*entraram*] em batalhas [*obedientes às ordens do imperador pagão de Roma*]...e, sem dúvida, [*mataram*] pessoas para conservar a paz (...). [*Portanto,*] entre as coisas criadas por Deus, vocês devem incluir não somente a comida e a bebida, as roupas e os sapatos, mas também o poder e a subordinação, a proteção e a punição. (...) Todos têm o dever de fazer o que seja necessário por seu próximo, sem levar em conta se é algo pertencente à Antiga ou à Nova Aliança, independentemente de ser judaico ou pagão. (...) Apenas não imaginem que suas ações irão torná-los justos ou salvá-los, como os judeus tiveram a audácia de pensar; pelo contrário, deixem isso a cargo da fé, que os transforma em uma nova criação sem necessidade de obras.

(...) Alguns aqui afirmariam que a Antiga Aliança está abolida e não é mais válida e que, portanto, não faz sentido repetir aos cristãos [*os exemplos do Velho Testamento. No entanto, não*] é verdade que a Antiga Aliança foi abolida [*pela Nova Aliança em Cristo. Trata-se de um*] ponto no qual São Jerônimo e muitos outros cometeram um engano. (...) [*Ora,*] vocês...podem perceber que Cristo não aboliu a Lei quando falou: “*Ouvistes o que foi dito a vossos ancestrais: olho por olho. Eu, no entanto, vos digo: não resistis ao mau, etc.*” [Mt 5,38ss.]. Ele está...interpretando o significado da Lei e nos contando como esta deve ser entendida, como se dissesse: vocês judeus pensam que é correto e adequado aos olhos de Deus que

recuperem o que é seu através da lei,...dizendo “olho por olho etc.”, mas eu lhes digo que Moisés pronunciou essa lei por causa dos iníquos, daqueles que não pertencem ao reino de Deus, para impedi-los de buscarem eles próprios a vingança ou de fazer ainda pior. (...) Vocês percebem, então, que Cristo não interpretou suas palavras como se abolissem a Lei de Moisés, ou proibissem a autoridade secular, mas sim retirou do alcance desta última aqueles que são seus.

(...) [Afinal,] um homem que é perfeito e ama seu inimigo deixa a lei para trás, não necessita dela para cobrar “olho por olho”. Todavia, tampouco ele estorva os não-cristãos, que não amam seu inimigo e efetivamente querem utilizar a lei; pelo contrário, o cristão auxilia a justiça a capturar os maus, para impedi-los de cometer atos ainda piores. Em minha opinião, é este o modo como as palavras de Cristo [no *Novo Testamento*] se conciliam com os textos [do *Velho Testamento*] que instituem a Espada:...os cristãos não devem empregar a Espada ou apelar a ela para si mesmos e em seu próprio interesse. (...) Finalmente, vocês poderiam perguntar: Será que eu não poderia usar a Espada para mim mesmo e meus próprios interesses, desde que não tenha em vista beneficiar-me, mas simplesmente pretenda que o mal seja punido [tal como ocorreria com Sansão]? Minha resposta é que um tal milagre não é impossível, mas é muito incomum e perigoso. (...) Tal coisa é impossível sem a graça. Portanto, se quiserem agir como Sansão, primeiro tornem-se semelhantes a Sansão (...).

* * *

Segunda Parte do Sermão

Em que se disserta sobre a extensão da obediência à (e da competência da) autoridade secular

Chegamos agora à parte principal deste sermão. Aprendemos que nesta terra deve haver autoridade secular e como se pode fazer dela uso benéfico e cristão. Agora, devemos estabelecer quão longo é o alcance dessa autoridade, até onde pode estender seu braço sem ultrapassar seus limites e invadir o governo e o reino de Deus. Trata-se de algo acerca do qual devemos ter muita clareza. (...) A experiência cotidiana mostra-nos suficientemente que cada reino deve ter suas próprias leis e que nenhum reino ou governo pode sobreviver sem lei. O governo secular tem leis que não se estendem além do corpo, dos bens e das questões exteriores, terrenas. Todavia, no que diz respeito à alma, Deus não pode e não quer permitir qualquer outro governante além dele mesmo. E assim, onde a autoridade secular toma a seu cargo legislar em relação à alma, invade o governo de Deus e simplesmente seduz e faz perder as almas. Pretendo tornar esse ponto tão claro, tão sem ambigüidade,...para que nossos senhores – os príncipes e os bispos – possam perceber a loucura que é tentar compelir à crença nisto ou naquilo por meio de leis e ordens. (...) É absoluta loucura nos ordenarem que acreditemos na Igreja, nos Padres e nos Concílios...[quando]...não exista Palavra de Deus [para justificar isso].

(...) Não somos batizados em nome de reis e príncipes e das pessoas em geral, mas em nome de Cristo e do próprio Deus. (...) Nenhum ser humano pode aniquilar a alma ou trazê-la à vida, ou encaminhá-la ao céu ou ao inferno (...); a alma é retirada das mãos de todo e qualquer ser humano e colocada exclusivamente sob o poder de Deus. Agora me digam o seguinte: Alguém que estivesse lúcido daria ordens onde não tem autoridade? Mas é exatamente isso que estão fazendo nosso imperador e nossos judiciosos príncipes. Eles deixam que o Papa, os bispos e os sofistas os liderem, o cego conduzindo o cego, ordenando que seus súditos tenham a crença que os príncipes consideraram adequada, sem a Palavra de Deus. E então eles insistem em conservar o título de “Príncipes Cristãos”, que Deus proibiu. (...) Mas me digam: Como pode um ser humano ver, conhecer, julgar e mudar os corações? (...) Ora, se a Igreja, o governo espiritual, apenas rege assuntos que sejam públicos e abertos, com que direito a autoridade secular, em sua loucura, ousa julgar uma coisa tão secreta, espiritual e escondida como a fé? Cada um deve decidir, por sua conta e risco, em que deve acreditar, e deve cuidar para que acredite corretamente. (...) A fé é livre, (...) mais precisamente (...): a fé é algo que Deus elabora no espírito. Daí a afirmação comum, que também está presente em Agostinho: Ninguém pode ou deve ser forçado a acreditar em alguma coisa contra a sua vontade.

Essas pessoas cegas e desprezíveis não compreendem que estão tentando coisa absurda e impossível. Por mais rigorosas que sejam suas ordens, por maior que seja o seu furor, não podem forçar as pessoas a fazer mais do que obedecer por palavras e atos [exteriores], não podem obrigar o coração, ainda que cheguem a dilacerar-se tentando. Há muita verdade no ditado: O pensamento é livre. (...) Meus desgraçados senhores – o papa e os bispos – deveriam ser bispos [de verdade] e pregar a Palavra de Deus. Porém, cessaram de fazê-lo e tornaram-se príncipes seculares, governando por meio de leis que dizem respeito somente à vida

e às possessões materiais. Eles conseguiram colocar tudo de ponta-cabeça: deviam governar interiormente as almas com a Palavra de Deus; mas, em vez disso, governam exteriormente castelos, burgos, regiões e povos, e atormentam as almas com crimes inenarráveis. E os senhores temporais, que deveriam governar exteriormente regiões e povos, tampouco o fazem; em vez disso, a única coisa que sabem fazer é tosar e tosquiar, empilhar uma taxa sobre outra, deixar à solta um urso aqui, um lobo mais adiante. Não há entre eles boa-fé ou honestidade; gatunos e patifes comportam-se melhor do que eles. O governo secular atolou-se tão profundamente quanto o governo dos tiranos espirituais. Deus fez com que tivessem mentes perversas e privou-os de suas faculdades (...). E [o propósito de Deus em tudo isso é] que acumulem impensadamente sobre si mesmos os pecados dos outros, que recebam o ódio dele e da humanidade, até que se arruinem (...). E então eles atribuem toda a culpa ao Evangelho, blasfemando contra Deus, em vez de confessar a sua própria culpa.

(...) Mas vocês poderão replicar: em Romanos 13[1], São Paulo afirma: “*Todo homem se submeta ao poder e à autoridade*”. E Pedro afirma que devemos nos submeter a toda sorte de instituição humana [1Pd 2,13]. [Ora,] com isso vocês trazem grão para meu moinho (...): acabei de mostrar que ninguém tem poder sobre as almas, exceto Deus. São Paulo não pode estar falando de obediência onde não existe poder. Segue-se que ele está discorrendo acerca da fé e não está dizendo que a autoridade mundana deve ter o direito de comandar a fé. Ele está falando de benefícios exteriores, acerca de comandar e governar na terra (...). Em outras palavras: a obediência e o poder seculares somente se estendem a impostos, taxas, honras, reverências, coisas exteriores (...). Ele está estabelecendo um limite para o poder: este não deve ter domínio sobre a fé e a Palavra de Deus, mas sobre a prática do mal [*manifestada por atos exteriores*]. (...) Ora, as instituições humanas não podem abranger o céu e as almas, mas apenas a terra e as ações exteriores dos homens uns com os outros, assuntos acerca dos quais os homens podem ver, conhecer, ponderar, sentenciar, punir e inocentar. O próprio Cristo sintetiza tudo isso com a admirável distinção em Mateus 22[21]: “*Devolvei ao imperador o que é do imperador, e a Deus o que é de Deus*”.

(...) Assim, se um príncipe ou senhor secular ordenar-lhes a adesão ao papado, a crença nisso ou naquilo e a entrega de livros, a sua resposta deveria ser: *Não é adequado que Lúcifer esteja ao lado de Deus. Meu bondoso senhor, devo-lhe obediência com minha vida e meus bens. Ordene-me o que se enquadra nos limites de sua autoridade e obedecerei. Mas se ordenar-me acreditar, ou entregar meus livros, não obedecerei.* (...) O senhor torna-se um tirano e se excede ao dar ordens num terreno no qual não tem direito ou poder. Se ele então apoderar-se de seus bens e puni-lo por sua desobediência, que as bênçãos recaiam sobre você, e agradeça a Deus por considerá-lo digno de sofrer por amor à Sua Palavra. Deixem que o tolo se enfureça; ele certamente encontrará seu juiz. Mas eu lhes digo: se não resistirem a ele e deixarem que ele lhes roube sua fé e seus livros, então verdadeiramente vocês terão negado a Deus. (...) O mundo...é inimigo de Deus e, conseqüentemente, os tiranos devem fazer o que está em desacordo com Deus, mas de acordo com o mundo. (...) É claro que vocês não devem aprovar o que é feito, nem levantar um dedo ou dar um só passo para ajudá-los e favorecê-los por qualquer modo que seja, e tampouco devem obedecer. Esses tiranos agem como os príncipes mundanos costumam agir. Príncipes do mundo é o que eles são. (...) [Então,] não se deve resistir ao mal, mas suportá-lo. (...) [Diz] Oséias 13[11]: “*Eu te dou um rei em minha ira, eu o retomo em meu furor*”. O mundo é demasiado perverso para merecer príncipes muito mais sábios e mais justos do que isso. (...) Vocês precisam saber que, desde o início dos tempos, um príncipe prudente tem sido uma ave rara no mundo, e um príncipe justo é ainda mais raro. Em regra [, no curso normal das coisas], os príncipes são os maiores tolos ou os piores criminosos sobre a face da terra (...). Isso porque eles são os carcereiros e carrascos de Deus, e Sua cólera divina faz uso deles para punir os maus e conservar a paz exterior. (...) [É vontade e gosto de Deus] que chamemos “graciosos senhores” a Seus carrascos, que caíamos a seus pés e nos submetamos a eles com toda humildade, desde que não ultrapassem seus limites querendo tornar-se pastores em vez de carrascos.

(...) A heresia é uma coisa espiritual; não pode ser abatida pelo aço, queimada pelo fogo ou afogada na água. (...) E, com efeito, a fé e a heresia jamais são tão fortes do que quando a força pura e simples, em vez da Palavra de Deus, é usada contra elas, pois as pessoas partem do pressuposto de que a força não está sendo usada em prol da justiça...precisamente porque [*aqueles que a utilizam*] estão agindo sem a Palavra de Deus. (...) Mesmo em assuntos seculares a força não pode ser empregada, a menos que a culpa tenha sido antes estabelecida com referência à lei. E é ainda mais impossível utilizar a força sem o direito e sem a Palavra de Deus em tais assuntos elevados e espirituais. (...) Isso porque...ninguém é vencido ou convertido por esse meio, nem jamais o será. (...) Que expertos são esses príncipes! Pretendem expulsar a heresia, mas não conseguem atacá-la senão com algo que lhe dá um novo vigor, colocando a si mesmos sob suspeita e justificando os hereges. (...) Que sentido há em reforçar a heresia nos corações, ainda

que...[a debilitem]...exteriormente, silenciando a voz das pessoas ou obrigando-as a fugir? A Palavra de Deus, por outro lado, ilumina os corações e, com isso, toda heresia e todo erro desaparecerão por si mesmos.

(...) E, desse modo, o mundo se encontra de ponta-cabeça (...): os príncipes mundanos governam espiritualmente, enquanto aos príncipes espirituais governam mundanamente. Que mais resta ao diabo para fazer neste mundo, a não ser pregar peças a seus súditos e se mascarar como se estivesse num carnaval? (...) O homem comum está ficando informado, e uma forte epidemia em relação aos príncipes...está se alastrando entre pessoas simples e o homem comum. Meu medo é que não haja medo de detê-la, a menos que os príncipes comecem a se comportar como príncipes e a governar judiciousa e prudentemente. As pessoas não vão mais agüentar passivamente sua tirania e arbitrariedade. Elas não podem e não querem fazê-lo. Muita atenção, meus bondosos senhores e amos (...). Este não é mais o mundo em que vocês perseguiam e conduziam as pessoas como se fossem caça. Portanto, ponham de lado sua blasfêmia e violência; cuidem de agir com justiça e deixem a Palavra de Deus ter o livre trânsito que ela deveria ter, deve ter e terá. Vocês não conseguirão detê-la. Se houver heresia, deixem que esta seja subjugada pela Palavra de Deus. É assim que deve ser. Mas se vocês começarem a desembainhar a espada em todas as ocasiões, cuidado com a vinda de alguém que lhes dirá para entregarem suas espadas – e não em nome de Deus.

Mas se vocês fossem perguntar: Como devem os cristãos ser governados exteriormente, visto que entre eles não deve haver espada secular? Deve haver superiores também entre os cristãos? Minha resposta é que não pode nem deve haver superiores entre os cristãos. (...) A natureza não admitirá superiores quando ninguém quer ser ou pode ser um superior. Mas, onde não houver pessoas desta espécie, tampouco haverá verdadeiros cristãos. E quanto aos sacerdotes e bispos? Seu governo não é de superioridade ou poder, mas, pelo contrário, um serviço e um ofício. Isso porque não estão em posição mais elevada ou melhor do que os outros cristãos e, conseqüentemente, não devem impor leis e ordens aos outros sem o consentimento e permissão destes. Ao contrário, seu governo nada mais é do que o fomento da Palavra de Deus, orientando os cristãos e vencendo a heresia por meio dela. (...) Como diz São Paulo em Romanos 10 [17]: “A fé vem da pregação e a pregação é a Palavra de Deus”. Aqueles que não têm fé não são cristãos e não pertencem ao reino de Cristo, mas sim ao reino do mundo, para serem coagidos e regidos pela Espada e pelo governo exterior. [Por sua vez,] os cristãos fazem tudo o que é correto, sem qualquer coação, e têm tudo do que precisam na Palavra de Deus (...).

* * *

Terceira Parte do Sermão

Em que se disserta sobre o modo como o Príncipe deve fazer uso cristão da autoridade secular

(...) Quando os príncipes nascem ou são escolhidos para governar, imaginam-se com direito a serem servidos e a governar por meio da força. Ora, quem deseja ser um príncipe cristão deve abandonar qualquer pretensão de dominar as pessoas e de usar a força, pois toda vida que é vivida e buscada para benefício próprio é amaldiçoada e condenada ao inferno. (...) Todos sabem que um príncipe é uma ave rara no paraíso. (...) Condenadas são todas as obras que não se originam do amor. E as ações que brotam do amor são aquelas que não são feitas para o próprio prazer, benefício, honra, conforto e bem-estar, mas, pelo contrário, visam totalmente ao benefício, à honra e ao bem-estar dos outros. (...) O príncipe não deve pensar: a terra e as pessoas são minhas; farei como bem me aprouver. Pelo contrário, ele deve pensar: pertenço ao povo e à terra; devo fazer o que é vantajoso para eles. Não devo pensar em como dominá-los, mas em como eles podem ser protegidos e defendidos e gozar as bênçãos da paz. (...) [Portanto,] um príncipe deveria...atender às necessidades de seus súditos como se fossem as suas, pois é isso que Cristo fez por nós, e são estas as obras efetivas do amor cristão. (...) A Palavra de Deus não será dirigida e deturpada para convir aos príncipes; pelo contrário, são os príncipes que devem ser conduzidos por Sua Palavra.

(...) Se um príncipe não é por si mesmo mais judicioso do que aqueles que o aconselham sobre a lei e não compreende mais do que aquilo que é encontrado nos textos da lei, ele certamente...“oprimirá a muitos com injustiças” [Pr. 28(16)]. Isso porque, por melhores ou mais imparciais que possam ser as leis, todas estão submetidas a esta limitação: não podem prevalecer diante da necessidade. Portanto, o príncipe deve conservar com firmeza as leis sob seu próprio controle tal como faz com a espada, e usar a sua própria razão para julgar quando e onde a lei deve ser aplicada com seu pleno rigor e quando deve ser moderada.

Assim, a razão permanece a governante em todos os momentos, a lei suprema e dominadora de todas as leis. (...) Digo isso para que as pessoas não pensem que é uma coisa valiosa, e suficiente por si mesma, seguir as leis escritas ou o parecer dos conhecedores da lei. É necessário mais do que isso.

(...) Um príncipe deve acautelar-se em relação àqueles vigorosos potentados, seus conselheiros. A sua atitude para com eles deveria ser a de não desprezar nenhum deles, mas também não confiar em nenhum deles, pelo menos ao ponto de deixar tudo ao seu cargo. (...) Nas cortes dos príncipes, o maior dos males ocorre quando um príncipe entrega, prisioneiro, o seu entendimento aos grandes homens e aos adúladores, e omite-se de supervisionar pessoalmente as coisas. Se um príncipe mostra-se carente nesse ponto e perder tempo, não apenas uma pessoa, mas toda a região sofrerá. E, desse modo, um príncipe deve colocar a sua confiança nos poderosos e deixá-los agir, mas de tal modo que conserve as rédeas em suas próprias mãos. (...) É uma coisa ignóbil quando os adúladores reinam nas cortes e quando os príncipes confiam em terceiros e se entregam, prisioneiros, a estes, deixando-os agir como lhes apraz.

(...) Não pensem que qualquer outra pessoa cuidará dos bens e terras que vocês possuem tão adequadamente quanto vocês mesmos, a menos que essa pessoa esteja preenchida pelo Espírito e seja um bom cristão. Um homem comum não vai fazê-lo. Todavia, vocês não sabem se qualquer indivíduo é um cristão e por quanto tempo continuará a sê-lo e, por conseguinte, não podem confiar totalmente em ninguém. (...) Um cristão justo e cumpridor de seus deveres ficaria contente por você não confiar nele e o louvaria e apreciaria por você vigiá-lo de perto. Um comportamento devoto como esse poderá suportar e, de fato, suportará sua fiscalização e, com efeito, aquela de qualquer pessoa. (...) Deus não quer que confie em mim ou em qualquer outro..., ainda que...fosse um anjo. Até mesmo Lúcifer não merecia confiança (...). Devemos depositar nossa confiança exclusivamente em Deus. [Em todo caso,] vocês precisam assumir o risco de atribuir cargos a pessoas, [mas precisam tratá-las] como pessoas que podem falhar, de modo que precisam continuar vigilantes e não podem se deixar embalar e adormecer. O condutor de uma carruagem tem confiança em seus cavalos e na carruagem, mas não permite que eles sigam seu próprio rumo. (...) Em outras palavras, nada dá certo se o dono não cuidar pessoalmente das coisas e, em vez disso, confiar em conselheiros e criados. E isso está de acordo com a vontade de Deus: ele permite que isso aconteça para que os governantes sejam obrigados a cuidar pessoalmente do deveres de seu cargo, tal como as demais pessoas devem fazer suas próprias tarefas e todos devem fazer o seu próprio trabalho. De outro modo, os governantes seriam transformados em cevados, sem utilidade para ninguém além de si mesmos.

(...) Um príncipe deve tomar cuidado quanto ao modo pelo qual leva a justiça aos malfeitores. Punir alguns sem destruir os outros requer a maior cautela e sabedoria. (...) Um príncipe deve castigar os maus de tal modo que...não afunde no caos todo o seu território e seu povo e, por causa de uma cabeça, encha a terra com viúvas e órfãos. Pela mesma razão, ele não deve dar ouvido àqueles conselheiros e ‘soldados de gabinete’ que o empurrariam para guerras com argumentos do tipo: ‘Devemos suportar passivamente tais insultos e injustiças?’. É um cristão muito imperfeito aquele que coloca em risco toda uma região por causa de um castelo. (...) Em tais casos,...uma pessoa incapaz de fechar os olhos a erros não sabe governar. Portanto, que esta seja a sua regra de conduta: sempre que uma injustiça não possa ser punida sem uma injustiça ainda maior, um príncipe não deve reivindicar seus direitos, por mais justa que seja a sua causa.

(...) Aqui vocês podem perguntar: Um príncipe não deve travar a guerra? E seus súditos não têm o dever de segui-lo em combate? Trata-se de uma questão ampla, mas a resposta sucinta é a seguinte: o procedimento cristão é que nenhum governante faça guerra a seu suserano, seja ele o Rei, o Imperador ou qualquer outro senhor feudal. Se algum desses se apoderar de alguma coisa, deixe que a tome, pois não deve resistir pela força aos superiores, mas apenas pelo testemunho da verdade. Se eles prestarem atenção, muito bem; se não, você está livre de culpa e suporta a injustiça em nome de Deus. Mas se seu oponente for igual ou inferior, ou governante estrangeiro, você deverá primeiro oferecer-lhe justiça e paz, como Moisés ensinou aos filhos de Israel. Se ele não chegar a um acordo, faça o melhor possível e resista a força com a força, como Moisés bem descreve em Deuteronômio 20 [10ss.]. Todavia, ao fazê-lo, você não deve ter em conta o seu próprio proveito e como pode permanecer no governo, e sim o proveito de seus súditos, aos quais deve auxílio e proteção, de modo que o empreendimento seja feito a partir do amor. Uma vez que toda a sua região se encontra em perigo..., mesmo que não possa evitar o surgimento de algumas viúvas e órfãos, deve impedir, pelo menos, a devastação total, em que nada sobre além viúvas e órfãos.

Por sua vez, os súditos devem obediência, assim como, dedicar a isso suas vidas e propriedades. Isso porque, num caso desses, cada um deve arriscar seus bens e até a si mesmo em benefício de seu próximo. E, em tal guerra, é um ato cristão e um ato de amor matar inimigos sem hesitações, saquear e incendiar e fazer tudo aquilo que cause dano ao inimigo, segundo os usos da guerra, até que seja derrotado. Porém, cuidado com os pecados e com a violação de mulheres e donzelas. E, quando o inimigo estiver derrotado, deve-se mostrar misericórdia e garantir a tranquilidade a todos aqueles que se renderem e se submeterem. (...) Mas, e se um príncipe estiver errado? Ainda assim os súditos estarão obrigados a obedecer-lhe? Não, porque ninguém tem o dever de agir de maneira injusta; devemos obedecer antes a Deus – que deseja que a justiça prevaleça – do que aos homens [At 5,29]. Mas, e se os súditos não souberem se seu governante tem uma causa justa ou injusta? Enquanto não souberem e não conseguirem descobrir, apesar de terem feito todos os esforços para tanto, eles poderão obedecer sem risco para as suas almas.

(...) Como dissemos acima, um príncipe também deve agir como um cristão para com Deus...: primeiro, voltando-se em direção a Deus com uma efetiva confiança e uma prece nascida do coração; segundo, voltando-se para seus súditos com amor e auxílio cristãos; terceiro, voltando-se para seus conselheiros e homens influentes, com uma razão livre e um entendimento sem peias; quarto, voltando-se para os malfeitores com a devida gravidade e severidade. Desse modo, a sua condição estará correta exterior e interiormente, agradável a Deus e aos homens. No entanto, deve esperar uma grande quantidade de inveja e sofrimento. Um homem tão nobre quanto esse logo sentirá o peso da cruz sobre seu pescoço. (...) [Enfim, escrevo tudo isso] em benefício daqueles que querem ser governantes e senhores cristãos, e que se preocupam com sua própria salvação. Existem muito poucos dessa espécie (...).

Referências

CAPEROCCHIPI, José A. A.. *Reforma Protestante y Estado Moderno*. Granada: Comares, 2008.

DAVIDSON, N.S.. *A Contra-Reforma*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

DELUMEAU, Jean. *Nascimento e Afirmação da Reforma*. São Paulo: Pioneira, 1989.

DENTON, Jeffrey (ed.). *Orders and hierarchies in Late Medieval and Renaissance Europe*. London: University of Manchester, 1999.

ELTON, G.R.. *A Europa durante a Reforma*. Lisboa: Presença, 1982.

HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

HIRSCHMAN, Albert O.. *As paixões e os interesses*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

LUTERO, Martin. *Sobre a Autoridade Secular*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SENEILLART, Michel. *As Artes de Governar*. São Paulo: Editora 34, 2006.

SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.